

Manda o Governo Provisorio da Republica Portuguesa, pelo Ministro do Fomento, nomear o Director Geral dos Correios e Telegraphos, Antonio Maria da Silva, para o lugar de Secretario Geral do referido Ministerio, nos termos do artigo 34.º do decreto de 21 de janeiro de 1903.

Paços do Governo da Republica, em 6 de dezembro de 1910.—O Ministro do Fomento, Manuel de Brito Camacho.

Direcção Geral do Commercio e Industria

Repartição de Ensino Industrial e Commercial

1.ª Secção

Por despacho de 8 de novembro.

Antonio Maria de Avellar, lente e director do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa — exonerado, por decreto da data acima, das funções de director do referido instituto, por assim o ter requerido.

Por despachos de 30 do mesmo mês:

Alfredo Bensaude, lente do Instituto Industrial e Commercial de Lisboa — nomeado, por decreto da data acima, para a comissão de director do mesmo instituto, por ter sido concedida a exoneração d'essas funções ao lente Antonio Maria de Avellar, por decreto de 8 de novembro proximo passado. (Têm o visto do Tribunal de Contas de 8 do corrente mês).

João Pedro Monteiro, fiel-escriturário da Comissão Superior de Exposições, em serviço na Inspecção do Ensino Elementar Industrial e Commercial — licença de trinta dias, sem vencimento, devendo pagar os respectivos emolumentos e adicionaes.

Direcção Geral do Commercio e Industria, em 9 de dezembro de 1910.—O Director Geral, E. Madeira Pinto.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa, tendo em consideração serviços distintos prestados á causa republicana, antes e depois da implantação do novo regime, e querendo galardoá-los por uma forma condigna, faz saber que, em nome da Republica, se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São promovidos a segundos officiaes do quadro telegrapho-postal os segundos aspirantes Aníbal Lameiras Fernandes, Balduíno Gameiro da Mata, José Dias Ferreira, Moisés Moreira Feijão, José Mestre Ramos Júnior, João Gualberto do Nascimento Pires e Jacinto Henriques.

Art. 2.º São promovidos a primeiros aspirantes do quadro telegrapho-postal os segundos aspirantes José Augusto Rosário e Manuel Alegria Vidal.

Art. 3.º É promovido a segundo oficial do quadro postal o primeiro aspirante Ernesto Lorena Queiroz.

Art. 4.º São louvados os segundos aspirantes do quadro postal Antonio Garcia Ferreira e Ricardo Lambert.

Art. 5.º São elogiados todos os funcionários dependentes da Direcção Geral dos Correios e Telegraphos pela inteligencia e zélo demonstrados no serviço, após a proclamação da Republica, e que muito contribuiram para a sua consolidação.

Art. 6.º Os aspirantes do quadro telegrapho-postal, que por este decreto são promovidos a segundos officiaes, ficam autorizados a frequentar o curso dos telegraphos no Instituto Industrial e Commercial de Lisboa, conforme o artigo 40.º da organização dos serviços de telegraphos aprovada pelo decreto de 30 de dezembro de 1901.

Art. 7.º Os funcionários a que se referem os artigos 1.º, 2.º e 3.º d'este decreto são promovidos, sem prejuizo de antiguidade, ficando fora do quadro nas respectivas classes, na qualidade de addidos.

Art. 8.º A antiguidade das promoções a que este decreto se refere e os respectivos vencimentos, serão contados desde o glorioso dia 5 de outubro.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nesse se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 9 de dezembro de 1910.—Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Afonso Costa — José Reis — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.

4.ª Repartição

1.ª Divisão

Despacho efectuado por portaria de 6 do corrente mês elevando a estação de 4.ª classe a caixa postal de Santo Estevão, concelho de Tavira, distrito de Faro.

Direcção Geral dos Correios e Telegraphos, em 7 de dezembro de 1910.—O Director Geral, interino, Henrique Ribeiro de Sousa.

TRIBUNAIS

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tabela dos selos que vão de ser julgados na sessão de 16 de dezembro de 1910

Revista cível

N.º 34.023 — Relator o Ex.º Juiz Silva Matos — Autos commerciaes vindos da Relação de Nova Goa, recor-

rente Caixa Filial do Banco Nacional Ultramarino, recorrido, Sebastião Paulo de Sequeira. Vistos dos Ex.ºs Juizes Relator, Kopke, Brum do Canto, Mello, Ferreira da Cunha.

Revistas cíveis com a Fazenda Nacional

N.º 34.024 — Relator o Ex.º Juiz Ferreira da Cunha — Autos cíveis vindos da Relação de Nova Goa, recorrente, Caetano Vicente Pinto, recorrida a Fazenda Nacional. Vistos dos Ex.ºs Juizes Relator Silva Matos, E. J. Coelho, Kopke, Dias de Oliveira.

N.º 34.337 — Relator o Ex.º Juiz Kopke — Autos cíveis vindos da Relação do Porto, recorrentes a Fazenda Nacional, recorrido David Correia da Silva. Vistos dos Ex.ºs Juizes Relator, Dias de Oliveira, Ferreira da Cunha, Silva Matos, Mello.

Aggravio cível

N.º 34.696 — Relator o Ex.º Juiz Kopke — Autos cíveis de agravo vindos da Relação de Moçambique, aggravante Manuel Gonçalves Durão, aggravado Alfredo Luis. Vistos dos Ex.ºs Juizes Relator, Mello, Ferreira da Cunha, Silva Matos.

Incidente

N.º 34.202 — Relator o Ex.º Juiz Ferreira da Cunha — Autos cíveis vindos da Relação de Nova Goa, recorrente Bernardino Filomeno da Glória Velho, sua mulher e outras, recorrido Basílio Epifânia de Sousa.

Secretaria do Supremo Tribunal de Justiça, 9 de dezembro de 1910.—O Secretario e Director Geral, José de Barros Mendes de Abreu.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES

JUNTA DO CREDITO PUBLICO

Repartição do Assentamento.

Processo n.º 148.848

Nos termos da lei de 5 de agosto de 1854 e do artigo 41.º do regulamento da Junta do Credito Publico, aprovado por decreto de 8 de outubro de 1900, pretendem justificar João Anastacio de Aguiar Pacheco e Maria Colleca de Assunção Pacheco, que são os únicos herdeiros de seu falecido filho, Henrique Eduardo de Aguiar Pacheco, a fim de ser averbada a seu favor a inscrição de 1:000\$000 réis, n.º 95:500, que ao dito seu filho pertencia.

Quem tiver que se opor ao indicado averbamento deve o seu direito no prazo de trinta dias, findo o qual será resolvida a pretensão como for de justiça.

Secretaria da Junta do Credito Publico, em 8 de dezembro de 1910.—O Director Geral, Th. Mascarenhas.

SUPERINTENDENCIA DOS PALACIOS DA REPUBLICA

Adjudicação do azeite da Tapada da Ajuda

A Superintendencia dos Palacios da Republica manda anunciar que até o dia 18 de dezembro, ao meio dia, está aberto o concurso, na Rua das Necessidades, 17, para a adjudicação, por propostas em cartas fechadas, de 8:100 litros de azeite, produção da Tapada da Ajuda, que para maior facilidade de aquisição serão divididos em seis lotes de 1:350 litros.

Condições da arrematação

1.º As propostas, abertas no dia 18 à uma hora da tarde, devem ser acompanhadas do depósito de 25\$000 réis por cada lote a que o arrematante concorrer.

2.º Conforme a entrega assim serão numeradas, numeração que indicará a ordem de apresentação para a entrega dos lotes arrematados.

3.º Mencionarão os lotes que o arrematante pretende, sendo preferido em igualdade de preço, aquele que concorrer ao maior numero.

4.º Havendo empate nos preços, terá de decidir-se a arrematação por licitação verbal.

5.º Se as propostas forem inaceitáveis relativamente aos preços, a Superintendencia reserva-se o direito de não entregar os lotes.

6.º No prazo de quarenta e oito horas, a contar do dia da adjudicação, o arrematante tem de liquidar a transação na Secretaria da Superintendencia, sendo-lhe dada a competente guia numerada, com a qual se apresentará ao almoxarife da Tapada, encarregado da entrega.

7.º O arrematante terá de levar o material preciso para a retirada dos lotes, bem assim pessoal habilitado para decantar o azeite, para o que lhe é concedido o prazo de um mês a contar do dia da adjudicação.

Superintendencia dos Palacios da Republica, 7 de dezembro de 1910.—O Superintendente, Joaquim Martins Teixeira de Carvalho.

ASYLO DE D. MARIA PIA

Arrematação

A direcção d'este estabelecimento manda anunciar que abrirá praça nos dias 20 e 22 do corrente, pelas doze horas do dia, na sua secretaria, em Xabregas, para fornecimento dos generos e artigos já referidos no anuncio publicado no Diário do Governo n.º 205, de 15 de setembro do anno corrente.

As propostas serão apresentadas até as quatro horas da tarde, respectivamente, dos dias 19 e 21 do mesmo mês.

As condições são as já estabelecidas para esta arrematação e alludidas no mencionado aviso.

O período por que esta arrematação é feita, é do 1.º de janeiro de 1911 a 30 de junho do mesmo anno.

Secretaria do Asylo de D. Maria Pia, em 9 de dezembro de 1910.—O Chefe da Secretaria, João Carlos Gomes.

REPARTIÇÃO DE FAZENDA DO 3.º BAIRRO DE LISBOA

Edital

O Bacharel Carlos Amaro de Miranda e Silva, administrador do 3.º bairro de Lisboa.

Faz publico que no dia 10 de dezembro proximo futuro, pelas onze horas da manhã, na administração do dito bairro, Calçada do Combro, 38-A, 2.º andar, hão de ser arrendadas, nos termos do artigo 5.º e seus paragraphos do decreto com força de lei de 12 do corrente mês, as lojas n.ºs 88 a 94 e 96 da mesma Calçada, pertencentes á Fazenda Nacional pela extinção do Convento dos Pau-listas, e bem assim as lojas n.ºs 207 e 209 da Rua de Santa Marta d'esta cidade, pertencentes ao extinto convento de Santa Joana, observando-se em taes arrendamentos as condições indicadas na mesma lei.

E para constar se passou o presente e identicos que serão affixados nos logares publicos do costume.

Repartição de Fazenda do 3.º Bairro de Lisboa, 26 de novembro de 1910.—Eu, Adriano José Ferreira da Costa, escrivão de fazenda, que o escrevi.—O Administrador, Carlos Amaro de Miranda e Silva.

CASA DA MOEDA E PAPEL SELLADO

Folha das férias extraordinárias

do pessoal operário da Casa da Moeda e Papel Sellado, relativas á semana finda em 1 de outubro de 1910

Nomes	Diá	Salários		Total
		Por dia	Por semana	
Armazens				
Augusto Pires Palhares	5	\$900	4500	
José Francisco Gualberto	4	\$900	3600	
Nicolau da Cruz José Ferreira	5	\$900	4500	
Joaquim Francisco Amaral	5	\$850	4250	
António Maria da Silva	5	\$850	4250	
Manuel Inês	5	\$700	3500	
António Matias da Silva	5	\$700	3500	
Egidio Mendonça Belinga da Mata	5	\$650	3250	
José Augusto	5	\$650	3250	
João Baptista dos Santos	5	\$650	3250	
António da Silva Loureiro	5	\$650	3250	
Jaime Brito da Nobrega	5	\$650	3250	
Armando Julio Moreira	5	\$650	3250	
José António Lopes	5	\$650	3250	
Henrique José da Silva	5	\$600	3000	
António Xavier Martins	—	\$400	—	
Manuel Hugo da Silva	5	\$500	2500	
André dos Santos	5	\$700	3500	
Francisco Agostinho da Silva	5	\$600	3000	
Jeão Pastor	5	\$450	2250	
Manuel Dias Passos Freitas	5	\$450	2250	
Elvelino A. da Conceição Silva	5	\$400	2000	
Maria Emilia Rufina da Costa	5	\$400	2000	
Julia da Conceição Ferreira	5	\$400	2000	
José da Costa Loureiro	5	\$700	3500	
Carlos Candido de Oliveira	2	\$700	1400	
Casimiro Aires de Almeida	2	\$600	1200	
Antonio Baptista	3	\$600	1800	
				818250
Contabilidade				
José Thomás de Miranda Costa	3	15400	46200	
Segundo Julio Vigo Ibañez	3	15200	45600	
Luis Filipe Virgolino de Brito	3	\$800	2400	
Innocencio José Ferreira	3	\$800	2400	
Carlos Alberto Carvalho T				